



VII Congresso de Pesquisa e Extensão da FSG  
V Salão de Extensão

<http://ojs.fsg.br/index.php/pesquisaextensao>

ISSN 2318-8014



**DESAFIOS DAS PESSOAS TRANSEXUAIS NO CONTEXTO ESCOLAR:  
UM ENSAIO TEÓRICO**

Gabriel de Lima Macedo<sup>a</sup>, Nathan Vieira Dallegrave<sup>a</sup>, Tatielle Jacques Bossi<sup>a\*</sup>

a) Curso de Psicologia da FSG Centro Universitário.

**Informações de Submissão**

\*Autor correspondente (Orientador)  
Tatielle Jacques Bossi, endereço: Rua Os  
Dezoito do Forte, 2366 - Caxias do Sul - RS -  
CEP: 95020-472

**Palavras-chave:**

Transsexualidade. Escola. Preconceito.

**Resumo**

Neste ensaio teórico, abordam-se as implicações que atravessam os indivíduos transexuais em sua trajetória escolar, muitas vezes marcada pela segregação e discriminação. Isso, conseqüentemente, limita inúmeras oportunidades de expressão e avanço, causando muitas vezes o que é chamado 'fracasso escolar', quando ocorre o abandono escolar antes de sua conclusão. A influência dos grupos sociais que resultam na marginalização das pessoas transexuais, que ocorre desde a família até o mercado de trabalho é outro fator a ser analisado. A patologização da identidade, o abandono das autoridades e da justiça, a banalização dos crimes praticados contra estes são outros tópicos a serem discutidos ao longo deste artigo. Serão elucidadas as possíveis motivações do comportamento preconceituoso, a reprodução ou reforço por parte de adultos (pais e professores), bem como iniciativas para promover um ambiente menos agressivo e mais receptivo aos transexuais.

## 1 INTRODUÇÃO

A expressão 'transexual' foi utilizada pela primeira vez em 1953 pelo endocrinologista americano Harry Benjamin para nomear indivíduos que, biologicamente normais, não conseguiam ficar em conformidade com o seu sexo e desejavam vorazmente a sua mudança mesmo com os aparelhos sexuais em perfeito estado (LOPES, 2010). Desde que há registros, os transexuais enfrentam inúmeros preconceitos e dificuldades ao longo de suas vidas. No Brasil, um sujeito transexual pode se afirmar do sexo oposto em diversos campos: no médico (com cirurgias de redesignação sexual realizadas pelo Sistema Único de Saúde), no social (com inclusão social e proteção de qualquer forma de segregação) e no jurídico (como um cidadão de direitos, inclusive a nome social registrado em cartório) (RODRIGUES; ALVARENGA, 2015).

Segundo Lopes (2010) o transexual não só tem o desejo de viver como pessoa do sexo oposto, mas também ser aceito e respeitado pela sua escolha. No processo de redesignação sexual revelam aos psicólogos o desejo de terem uma vida dita "normal", casando-se e adotando filhos. Buscando por essa aceitação e respeito, esses indivíduos desejam reformas na definição de seus

direitos para que possam conviver efetivamente em sociedade. Alguns exemplos dessas lutas por direitos são o de utilizar o nome social e o de frequentar o banheiro do gênero ao qual se identifica nos espaços públicos (CAMPELLO; COSTA, 2017). Contrariando esse desejo de normalidade dos transexuais, são diversas as instituições sociais que reforçam modelos conservadores e rígidos que anulam qualquer manifestação que considerem fora desse padrão de normalidade. Segundo Souza e Bernardo (2014), dentre as principais instituições, estão família, igreja, escola e trabalho, que para manterem seus padrões conservadores acabam alimentando a exclusão, os estigmas e o preconceito, causando sofrimento e dificuldades na trajetória de vida dessas pessoas. Como exemplo deste sofrimento, pode-se destacar a prática de expulsar o indivíduo de casa, não conseguir estudar, não conseguir trabalho, ou seja, ser excluído de todos os campos sociais que garantem cidadania e dignidade e, conseqüentemente, acabar restando apenas posições consideradas marginalizadas socialmente (BENTO, 2011).

Como mencionado, a escola está entre as principais instituições sociais produtoras de exclusão e preconceito ao que se considera diferente, ainda nos dias atuais. Segundo Bento (2011), a escola se mostra como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e a pluralidade, sendo um das instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heteronormatividade. Mallon e DeCrescenzo (2006) também dissertam sobre a realidade das crianças e jovens transexuais em todos os meios de convivência, destacando o contexto educacional como um dos ambientes menos receptivos.

Acerca do tema transexualidade, este estudo tem como objetivo elucidar sobre a trajetória e os desafios que as pessoas transexuais encontram no contexto escolar, por meio de um ensaio teórico. Busca-se refletir sobre a escola como um espaço que colabora para a disseminação de preconceito, mas ao mesmo tempo como um contexto em que muitos transexuais fazem suas descobertas e começam a expressar sua identidade. Para tanto, este ensaio teórico é composto de três tópicos, a saber: 1) A transexualidade e o contexto escolar: alguns apontamentos 2) Violência contra o transexual: o fenômeno do bullying; e, 3) Em busca de sua identidade e direitos.

## **2 A TRANSEXUALIDADE E O CONTEXTO ESCOLAR: ALGUNS APONTAMENTOS**

Dirigindo-se ao cenário das vivências das pessoas transexuais quanto à sociabilidade, é constatada a exclusão desde a família, muitas vezes intolerante ao fato de o sujeito identificar-se com um gênero diferente daquele que lhe foi designado no momento do nascimento. É

lamentavelmente previsível e quase inevitável a rejeição por parte do outro, desde o início das primeiras expressões de gênero discrepantes do que se apresenta biologicamente. A família, em muitos casos, frente às expectativas instaladas antes das primeiras expressões ou até antecedentes ao nascimento de um indivíduo, reage de maneira reparatória, buscando corrigir antes de aceitar, isto é, considerando circunstâncias nas quais há o acolhimento (SILVA; BEZERRA; QUEIROZ, 2015).

Se a aceitação não ocorre ou não é imediata na família, seria difícil imaginar que o convívio nos demais contextos, como a escola, oferecesse condições melhores. Não obstante, a escola apresenta ser um espaço que abrange variedades de conhecimentos e pessoas, e esta acaba por produzir ou consentir com padrões heteronormativos, reproduzindo a discriminação. Assim, a violência é, na maior parte dos casos, praticada pelos demais colegas e consentida pelos educadores. O acesso ao aprendizado torna-se difícil e a escola se mostra como um dos piores ambientes de interação a serem vivenciados pelas pessoas transexuais. A agressão verbal e não-verbal, no entanto, não é particular às pessoas transexuais, mas compartilhada com todos que de alguma maneira desviam da norma (LOURO, 2000).

Portanto, tudo o que foge do padrão de ‘homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão’ tende a ser rejeitado pelos grupos sociais, o que expõe, por exemplo, a desigualdade presente na escola. Isto porque desde a educação do sujeito tais valores estão embutidos, disciplinando a seguirem determinados modelos. O desafio dos transexuais neste contexto seria combater não só o desprezo e o repúdio dos demais, mas todo um sistema de ensino sobre o qual o grupo é conduzido e que permite o preconceito. Em um meio constituído por diversas perspectivas e culturas, todos são julgados e qualificados de acordo com seus costumes. Assim, os colegas e a instituição tratam em conjunto da exclusão destas pessoas, declarando ser este um comportamento inadequado para a permanência no ambiente escolar (LOURO, 1998).

Diante deste quadro, as pessoas transexuais tendem a retirar-se da escola, visto a angústia e a repressão que este espaço produz. O fracasso escolar neste, como nos mais diversos casos, é elaborado e reproduzido por vários agentes, não apenas professores e demais estudantes. A ausência de acolhimento, de instrução e de afeto limita as perspectivas de modo a conduzir transexuais à vulnerabilidade social. Ao ver que suas metas foram atravancadas pelo abandono e desamparo dos vários meios que tem por dever legal desenvolver, formar e abrigar os indivíduos, mas que são incapazes de apoiar sem restrições quanto à sua expressão de gênero e orientação sexual, tornam esses sujeitos fadados a viver e sobreviver em contextos marginalizados (SILVA; BEZERRA; QUEIROZ, 2015). Essa realidade se apresenta nas estatísticas, como as da Articulação Nacional de

Transgêneros (ANTRA), que destaca que 90% das mulheres transexuais e travestis sobrevivem da prostituição no Brasil.

Estudos mostram que a escola, na maior parte dos casos, não remete a boas recordações aos transexuais. É uma grande infelicidade, dado que a escola é um meio destinado a formar cidadãos, que deveria ter por intuito o respeito e a harmonia entre os indivíduos. O que poderia se tornar uma alternativa de convívio após a rejeição por parte da família se transforma num ambiente que intensifica a aflição, de maneira a rerepresentar as hostilidades vivenciadas no primeiro grupo social. É evidente, também, que mesmo na existência de práticas inclusivas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), não se garante, no entanto, que tais benefícios sejam respeitados e concretizados (SILVA; BEZERRA; QUEIROZ, 2015).

É possível dizer que há, na prática, uma ordem social que estigmatiza e padroniza os comportamentos e manifestações nos diversos ambientes de convívio e que encontra na escola seu maior espaço de difusão. Desse modo, expressões de gênero que não correspondem ao que se determina biologicamente são consideradas estranhas ou anormais. Não poder se vestir e manifestar-se de acordo com o que o sujeito se identifica são alguns exemplos. Não se respeita a auto percepção deste sujeito, de modo que a escola e os estudantes traduzem e representam o padrão dominante por meio da agressão ou violência moral, física, sexual e psicológica. As pessoas são apresentadas há apenas uma única possibilidade de construção identitária para sua sexualidade e expressão de gênero. Como as práticas sexuais acontecem na dimensão privada, é através do gênero que se tenta produzir a heteronormatividade. Se meninas brincam de carrinho e meninos brincam de boneca, isso já basta como ameaça para as normas de gênero (BENTO, 2011).

Diante desta situação, os educadores podem ser cúmplices ao omitirem-se frente à queixa desses estudantes. Podem reforçar a ideia de que a forma sobre a qual expressam sua identidade sexual esteja errada quando impedem, por exemplo, o uso de roupas femininas se o corpo é, biologicamente, masculino. Ao não possibilitar o uso do nome social e de banheiros adequados, por exemplo, a instituição escolar desrespeita os direitos dessas pessoas e contribui no processo de discriminação. Neste momento, evidencia-se a existência da exclusão por parte dos demais estudantes e da escola em si e não a evasão, fracasso ou abandono, já que é possível compreender que é o outro que age sobre a pessoa transexual, independentemente da sua vontade. (CÉSAR, 2009). A escola ainda possui incapacidade para trabalhar com a diferença e a pluralidade. Quando se considera que crianças e adolescentes são levados a deixarem a escola por não suportarem a hostilidade do espaço, é limitador falar em ‘evasão’ (BENTO, 2011).

Dessa forma, o indivíduo transexual ante a uma conjuntura em que, além de não permitir o aprendizado, se vê julgado, desrespeitado e maltratado. A permanência neste espaço se torna insustentável, visto que não depende somente de suas escolhas. Em um cenário no qual se defronta, constantemente, com agressões das mais variadas categorias, afastar-se da escola torna-se uma alternativa que visa sanidade mental ou a sobrevivência. Com frequência, o ser que não encontra amparo na esfera escolar, tampouco na familiar, desprovido de afeto e de oportunidades, pode vir a encontrar, ainda na adolescência, a prostituição como forma de subsistência (SILVA; BEZERRA; QUEIROZ, 2015).

Inferre-se, no entanto, que estas não são questões oriundas somente do despreparo e desorganização das instituições de ensino, já que este é apenas o reflexo do que acontece fora de seus muros. Trata-se de uma cultura, um controle social que rege as diferentes esferas e que é internalizado e propagado dentro do ambiente escolar. Contudo, há que se ressaltar a participação de profissionais da educação no combate às violências praticadas contra transexuais e que, acima de tudo, visam o acolhimento e a garantia dos direitos nas instituições de ensino (SILVA; BEZERRA; QUEIROZ, 2015).

### **3 VIOLÊNCIA CONTRA O TRANSEXUAL: O FENÔMENO DO *BULLYING***

Apesar de o tema *bullying* ser hoje tão difundido socialmente através de discussões, na mídia e na dramaturgia, ele está longe de ser um tema obsoleto. O site Brasil Escola (2010) conceitua o *bullying* como um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas, sem motivação evidente, causada por um ou mais indivíduos contra outro ou um grupo, causando angústia na vítima e sempre havendo um desequilíbrio de poder que impede essa vítima de reagir.

Cardin e Benvenuto (2012) em seu estudo sobre *bullying* e transexualidade defendem que a violência contra o transexual inicia no âmbito familiar e posteriormente a própria sociedade compromete os direitos da personalidade e dignidade humana, causando não só a integridade física do sujeito, mas também psicológica. Os autores definem o *bullying* como uma forma de assédio moral e que os efeitos deste podem ser ainda mais nefastos, visto que a família é a base estrutural do ser humano. Quando as humilhações e segregação iniciam dentro da própria família enquanto o sujeito está se constituindo, o mesmo passa a interiorizar sua incapacidade, assim suas possibilidades de ter sucesso em qualquer âmbito se tornam cada vez mais escassas.

Sendo a escola um espaço fundamental no processo de socialização, esta deveria se caracterizar como um local seguro para crianças e adolescentes. A escola deveria ter papel decisivo

na inserção do indivíduo no mundo social, porém este papel vem sendo questionado quando se constata que esse espaço está cada vez menos seguro e confiável, onde os jovens se deparam com ameaças, perseguições, violência, ficando frente a frente com a exclusão social e desestimulados a dar continuidade em sua trajetória estudantil (BARRETO; SILVA, 2012).

Barreto e Silva (2012) incluem os indivíduos transexuais em seu estudo sobre homossexualidade e *bullying*. Caracterizando as consequências para esse aluno homossexual ou transexual que é alvo de *bullying*, percebe-se que este se torna um aluno isolado que constantemente vira motivo de piadas, que faz com que haja uma diminuição em suas redes sociais e a existência de vínculos afetivos na clandestinidade. É também drasticamente prejudicada a educação sexual deste indivíduo. Um fator que pode ser complicador nas denúncias de *bullying* escolar contra pessoas transexuais é a exposição e a revelação forçada que esse indivíduo pode ser submetido, o que pode envolver novas conflituosas familiares para esse sujeito, potencializando seu sofrimento para além dos muros da escola.

#### **4 EM BUSCA DE SUA IDENTIDADE E DIREITOS**

As pessoas transexuais travam incessantes lutas pelos seus direitos e muitas vezes esbarram na burocracia e na falta de reconhecimento, principalmente das autoridades. No momento em que se analisam direitos básicos do ser humano, de acordo com o artigo 3º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, “todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”. Na prática, constata-se que tal garantia é transgredida, já que por meio do ódio infundado por parte de pessoas intolerantes à pluralidade das identidades de gênero, transexuais sofrem agressões de naturezas diversas, inclusive sendo vítimas de assassinatos (NETO; MACEDO; BICALHO, 2016).

Dentre as principais reivindicações dos transexuais está a utilização do nome social, em especial nas instituições de ensino. Corrobora-se a situação embaraçosa que a rejeição da utilização do nome social traz, a qual ridiculariza a pessoa transexual que possui uma identidade de gênero que não condiz, neste momento, com o nome inicialmente registrado em cartório. Esta postura contribui para a exclusão dos indivíduos transexuais, uma das razões pelas quais o ambiente escolar é concebido de maneira tão negativa por estas pessoas. O profissional da educação que desconsidera o uso do nome social desrespeita o direito da pessoa transexual de ser tratada da forma que se sente confortável. Dessa maneira, a falta de amparo e de respeito pela pessoa transexual surge a nível institucional e se alastra, se reproduz e se intensifica entre os demais estudantes (BENTO, 2011).

Ao negar a utilização de um banheiro exclusivo, a reprovação de sua conduta, a separação por sexo para a realização das atividades, a imposição na maneira de se vestir, bem como o tratamento diferenciado do professor de acordo com o sexo do aluno, são alguns dos possíveis empecilhos no cotidiano do estudante transexual (BORTOLINI, 2008). De fato, há uma norma social em relação à sexualidade que insiste em rejeitar manifestações que diferem do comportamento esperado e a escola a institui em seu espaço. Entretanto, o ambiente escolar não é o único campo de reprodução da discriminação. Expõe-se a maneira com a qual manuais de saúde e classificações introduzem a visão patológica da identidade transexual (JESUS, 2010). Tal percepção é comprovada no momento em que se analisa a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10) a respeito do tema, no qual a transexualidade era concebida como um “transtorno de identidade sexual” e que recebeu o nome de ‘transexualismo’ e que só veio a mudar na publicação do CID11 em 2018, onde a transexualidade ou transsexualismo, como era definido, foi retirado da lista de doenças mentais (OMS, 2018).

Apesar disso, o cenário que se conhece no contexto brasileiro é o de ser possível realizar cirurgias de redesignação sexual enquanto o sujeito apresentar um diagnóstico que, para ser reconhecido deve ser classificado (ou rotulado) como portador de uma alteração em relação à identidade sexual, no qual se recuse a condição natural e exponha inclinação à mutilação do próprio corpo (NETO; MACEDO; BICALHO, 2016). Os autores defendem também que desta maneira, a partir da perspectiva binária heterossexual que considera apenas as manifestações naturalizadas como corretas, sobre a qual, toda expressão que difere destas são tidas como anormais, como uma doença; esta sendo condição inerente à definição do transexualismo. O termo transexualismo, utilizado na medicina e nos manuais de saúde até 2018 carrega uma conotação patológica de expressão. Portanto, pode-se pensar que o procedimento de transgenitalização se apresenta como uma “correção” a uma orientação sexual dissociada daquela esperada ou imposta. É relevante ressaltar que a transexualidade não diz respeito somente às práticas sexuais, mas à auto percepção, à identidade de gênero (NETO; MACEDO; BICALHO, 2016).

Para sua identidade ser reconhecida, impõe-se ao indivíduo transexual a realização de procedimentos que, supostamente, o apropria às suas expressões. Para admitir e diagnosticar um indivíduo como transexual são exigidas, de maneira ultrajante, primeiramente a cirurgia de redesignação sexual, além de procedimentos como hormonioterapia, raspagem do pomo-de-adão, dentre outros. Do contrário, não serão legitimados a viver da maneira que se identificam. Enquanto as modificações realizadas não forem suficientes na percepção de juízes ou médicos, nada importa a

forma pela qual o indivíduo se identifica ou se a pessoa transexual se realiza com o corpo que possui (JESUS, 2010). Neto, Macedo e Bicalho (2016) trazem o exemplo sobre um pedido de alteração de documentos de uma pessoa transexual na Justiça. Além de serem solicitados laudos psiquiátricos, de assistentes sociais, psicólogos e entrevistas com a família para ‘comprovar’ o desejo desse sujeito, talvez isso tudo não seja suficiente no momento em que os órgãos genitais sejam considerados fundamentais na definição do que é ser mulher e do que é ser homem.

## **5 ÚLTIMOS APONTAMENTOS: EM VIAS DE CONCLUSÃO**

A partir deste ensaio teórico, buscou-se elucidar sobre a trajetória e os desafios que as pessoas transexuais encontram no contexto escolar, o qual tem por intuito proporcionar um espaço de aprendizado e interação para todos que o frequentam. Na prática, no entanto, comprova-se que a escola não oferece um ambiente acolhedor a estes indivíduos. Neste ambiente, transexuais são vítimas de preconceito, agressões de todas as espécies, além do desamparo e do descaso por parte das instituições. Há o desrespeito e o abandono, a discriminação e o julgamento, mas raramente se fazem presentes a compreensão e o cuidado para com aqueles que possuem uma identidade psicosssexual que difere da biológica (NETO; MACEDO; BICALHO, 2016).

Reiteradamente constata-se que a escola não é o primeiro ou único ambiente de exclusão vivenciado por uma pessoa transexual. A família alimenta expectativas que precedem o nascimento de um indivíduo e que se potencializam no momento da descoberta do sexo biológico. Não mais o feto; torna-se, neste instante, o menino ou a menina que todos tanto aguardavam. As roupas, os brinquedos e as cores são a materialização dessas expectativas que começam a tomar conta da casa. Assim, antes mesmo de seu nascimento, todos os indivíduos já são projetados para serem e realizarem os desejos da família. A casa é preparada para receber o novo integrante de acordo com o seu sexo biológico. Ou seja, impõe-se a um indivíduo que nasça com o órgão genital feminino a usar predominantemente a cor rosa e brincar com bonecas. Portanto, o indivíduo quando nasce já encontra as estruturas operando, bem como as definições de certo e errado, normal e anormal (BENTO, 2011).

Dessa maneira, é possível compreender que, antes mesmo do nascimento e até o fim da vida, todos são induzidos a seguirem o sexo biológico, fato que objetiva a supressão da originalidade de vivenciar o gênero. Constitui-se como uma cultura que direciona, de forma estigmatizada, a função a ser exercida no futuro, de modo a limitar o cuidado dos filhos e da casa à mulher; e a realização de esportes, a condução de veículos e o uso de armas aos homens. Entretanto, este



sistema não é perfeito, já que existe uma flutuação na experimentação dos gêneros que nem mesmo tal imposição é capaz de coibir. Aqueles que fogem destas normas, contudo, enfrentam muitas dificuldades (SILVA; BEZERRA; QUEIROZ, 2015).

É neste contexto que se encaixam as pessoas transexuais. Frente a comportamentos como o uso de bonecas por parte dos meninos, os pais buscam corrigir e mostrar à criança que tal comportamento é inadequado: *“Pare! Isso é coisa de menina”*. São refreados quaisquer movimentos que contrariam o comportamento socialmente induzido de quem possui aquele determinado órgão genital. Portanto, é possível afirmar que há apenas uma única possibilidade de construção de identidade sexual e de gênero oferecida pelos grupos sociais (LOURO, 1998).

A família condena o comportamento e a criança ainda não compreende o sentido daquelas palavras. Entende que não poderá proceder daquela maneira e não quer ser rejeitado. Ao longo do desenvolvimento da criança tais questões começam a ser, aos poucos, compreendidas e um novo ambiente reproduz esta rejeição. A própria sociedade se encarrega de controlar as expressões sexuais desviantes. Assim, o que acontecia na esfera do privado, em casa, do controle buscado frente às manifestações que, para os pais são tidas como inadequadas, passa para o público, no qual todos foram forçados a aceitar aquela norma e que naturalmente permite que aqueles por ela ensinados condenem os desviantes. Corroborar-se, desta forma, que muitos indivíduos agem de forma preconceituosa porque foram ensinados e também conduzidos, a rejeitar o que foge a regra (BENTO, 2011).

Mallon e DeCrescenzo (2006) dissertam sobre a realidade das crianças e jovens transexuais em todos os meios de convivência e afirmam que o contexto educacional é um dos ambientes menos receptivos. O autor ainda propõe uma espécie de guia ou manual com dezenove recomendações a serem seguidas por profissionais do programa de bem-estar da criança e assistência social. Destaca-se, dentre estas instruções, que o profissional envolvido deve conhecer e educar-se sobre as crianças e jovens transgêneros, seja por livros educativos sobre o assunto e livros escritos pelos próprios transexuais, bem como filmes ou outros recursos que retratem a realidade desses indivíduos. Defende o papel dos profissionais em auxiliar os familiares, orientando-os a não seguirem tratamentos drásticos ou reabilitativos.

Os dilemas aqui apresentados não são particulares do Brasil. No entanto, a maneira por meio da qual este tema é abordado, difere entre os países. Assim, as soluções e perspectivas expostas em estudos realizados em outros países podem contribuir na implantação de medidas mais eficazes no combate à discriminação no contexto brasileiro. Programas governamentais em prol do

bem-estar da criança e do adolescente (MALLON; DECRESCENZO, 2006), análises acerca do funcionamento mental dos transgêneros (COHEN; RUITER; RINGELBERG; COHEN-KETTENIS, 1997) bem como a atuação dos grupos de suporte escolar e a segurança das minorias sexuais (CRUZ, 2015) na perspectiva de outros países foram investigados, com o intuito de elucidar o tema e ampliar as formas de intervenção. É fundamental compreender a atuação da Psicologia frente a este cenário, sobretudo na área educacional, visto que a escola tem se apresentado como um difícil espaço de convivência para as pessoas transexuais.

Atualmente, a Psicologia possui o dever ético de trabalhar em prol da despatologização da transexualidade, que ao longo da história foi classificada como patologia e que são muito recentes os combates desses estigmas, considerando que no Brasil, por exemplo, estudos nas questões da sexualidade não heterossexual ainda são muito limitados. É papel da Psicologia problematizar essas ideias e conceitos retrógrados, desmistificando preconceitos dos profissionais de saúde no atendimento dessas pessoas e contribuindo para o bem estar social dos transexuais e travestis, tendo condições de oferecer uma escuta empática e acolhedora. Considerando a carência de estudos voltados para a área, o assunto ainda é discutido com cautela pelos profissionais psicólogos, sendo que muitos não se sentem aptos para discutir o tema ou atender esse público (SILVA; MELO, 2017).

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo propõe uma temática que ainda é tabu, principalmente quando transporta a mesma para dentro dos muros da escola. Como a escola é considerada um lugar de aprendizagem e descobertas para os indivíduos, é perverso que ainda hoje se haja formas de segregação tão violentas contra determinados grupos de indivíduos. Embora os transexuais enfrentem formas mais drásticas de preconceito dentro da escola, este não é o único grupo que tem sua liberdade e individualidade violentadas. A escola não é apenas um local para adquirir conhecimentos didáticos, aliás, isso é apenas uma das ofertas. O indivíduo, através da relação com todos os atores da educação, tem o direito de se constituir amistosamente de acordo com sua identidade e individualidade. Sabe-se que o investimento e o cuidado para com essas pessoas já na infância e principalmente na adolescência que é onde geralmente acontecem as maiores manifestação da identidade, são fundamentais para prevenir possíveis caminhos, como ideação suicida, situação de rua, prostituição e demais posições de vulnerabilidade social.

A realização deste estudo possibilitou expandir as percepções acerca do tema transexualidade e de como a escola se implica sobre esses indivíduos. Diante das diversas problemáticas políticas no país atualmente, não se pode deixar de manifestar pessimismo sobre melhorias para esse grupo no âmbito escolar em curto prazo. Infelizmente, essas formas de violência estão longe de se tornarem raras, elas acontecem todos os dias e provavelmente quase na totalidade das instituições. Conforme escassez em estudos sobre essa temática é desejo dos autores, futuramente, realizarem mais estudos sobre o tema 'transexualidade' nos mais diversos campos sociais.

## 7 REFERÊNCIAS

- BARRETO, N; SILVA, J. Violência escolar: problematizando a relação entre o *bullying* e a homofobia. **Itabaiana: Gepiadde**, v. 12, n. 12, p. 8-22, 2012.
- BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, v.19, n.2, p. 549-559, 2011.
- BORTOLINI, A. **Diversidade sexual na escola**. Disponível em: <[https://www.social.stoa.usp.br/articles/0037/3024/diversidade\\_sexual\\_na\\_escola.pdf](https://www.social.stoa.usp.br/articles/0037/3024/diversidade_sexual_na_escola.pdf)>. Acesso em 03 set. 2019.
- BRASIL ESCOLA. **O Bullying escolar no Brasil**. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/o-bullying-escolar-no-brasil.htm>> Acesso em 03 set. 2019.
- CAMPELLO, L; COSTA, W; Patologização da transexualidade sob a ótica jurídica: Mal (des)necessário. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, v.3, n.2, p. 108-123, 2017.
- CARDIN, V; BENVENUTO, F. **Do Bullying ao transsexual no seio familiar como violência velada**: Uma afronta à dignidade da pessoa humana. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=90b8e8eca9075690>>. Acesso em 03 set. 2019.
- CÉSAR, M. **Um nome próprio**: Transsexuais e travestis nas escolas brasileiras. Disponível em: <<http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5521--Int.pdf>>. Acesso em 03 set. 2019
- COHEN, L; RUITER, C; RINGELBERG, H; COHEN-KETTENIS, P. Psychological functioning of adolescent transsexuals: personality and psychopathology. **Journal of Clinical Psychology**, v.53, n.2, p.187-196, 1997.
- CRUZ, G. V. Systematic Review of Studies Measuring the Impact of Educational Programs against Homophobia, Transphobia and Queerophobia in Secondary Schools of North America, Western Europe and Australia. **Psychology in the Schools**, v.6, n.14, p.1879-1887, 2015.
- JESUS, J. G. Pessoas transexuais como reconstrutoras de suas identidades: reflexões sobre o direito ao gênero. **Anais do simpósio gênero e psicologia social: diálogos interdisciplinares**, v.1, p.80-89. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2010.

- LOPES, A. **Transexualidade: Reflexos da redesignação sexual**. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/assets/upload/anais/229.pdf>>. Acesso em 03 set. 2019.
- LOURO, G. L.; Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**, v.25, n.2, p.59-76, 2000.
- LOURO, G. L.; **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 16 ed. Editora Vozes, 1998.
- MALHEIROS, M. T. **Pesquisa na Graduação**. Disponível em: <[www.profwillian.com/\\_diversos/download/prof/marciarita/Pesquisa\\_na\\_Graduacao.pdf](http://www.profwillian.com/_diversos/download/prof/marciarita/Pesquisa_na_Graduacao.pdf)>. Acesso em 03 set. 2019.
- MALLON, G; DECRESCENZO, T. Transgender Children and Youth: A Child Welfare Practice. Perspective. **Child Welfare**, v.85 n.2, p 215-241, 2006.
- NETO, F; MACEDO, G; BICALHO, P. A criminalização das identidades trans na escola: efeitos e resistências no espaço escolar. **Psicologia: Ensino & Formação**, v.7, n.1, p.78-86, 2016.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A declaração universal dos direitos humanos, 1948**. Disponível em <<http://www.dudh.org.br/declaracao/>>. Acesso em 03 set. 2019.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde– CID-10**. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br/cid10/v2008/cid10.html>> 2010. Acesso em 03 set. 2019
- RODRIGUES, E; ALVARENGA, M. Transexualidade e dignidade da pessoa humana. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v.10, n.1, p.72-93, 2015.
- SILVA, R; BEZERRA, W; QUEIROZ, S. Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v.26, n.3, p.364-372, 2015.
- SILVA, F. A; MELLO, I. Psicologia e a despatologização da transexualidade. **Tempus, actas de saúde coletiva**, v.11, n.1 p.81-95, 2017.
- SOUZA, H; BERNARDO, M; Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional. **Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v.8, n.11, p.157-175, 2014.